

Tesouro não tem verba para pagar a folha

ENSE

ECONOMIA

GACAO

Os servidores públicos federais correm o risco de não receber o salário do próximo mês. Praticamente todos os órgãos públicos já tiveram suas dotações para pagamento de pessoal exauridas em maio. O Tesouro Nacional assegura que não vai fazer realocação de recursos para despesa de pessoal. A liberação das folhas de pagamento só será possível se o Congresso Nacional aprovar pedido de crédito suplementar, já encaminhado, e o presidente Fernando Collor sancionar a matéria até o final deste mês.

De acordo com o diretor do Departamento do Tesouro Nacional, Roberto Figueiredo Guimaraes, caso o pedido de crédito suplementar não seja aprovado, o Governo "não fugirá ao rigor da lei". Com isso sinaliza que não haverá desvio de recursos aloca-dos em outras rubricas para cobrir folha de pagamento.

O secretário nacional da Fazenda, Geraldo Gardenalli, explicou que a previsão no orçamento da União de 1990 era de uma inflação baixa e que a Unidade de Revisão Orçamentária (URO) não conseguiu acompanhar a inflação efetiva. Isso, se-

gundo ele, gerou uma defasagem tanto das despesas orçadas como da receita. Por esse motivo, está sendo refeita a programação para o segundo semestre e a revisão orçamentária.

Roberto Figueiredo informou que o pagamento dos servidores públicos dos órgãos extintos, colocados em disponibilidade, deverá ser efetuado até o final deste mês. Explicou que esse pessoal está sob gestão financeira da Secretaria de Administração Federal, que deverá realizar os cálculos de pagamento desses funcionários. A Secretaria tem retardado propositadamente o pagamento dos disponíveis, aguardando que o presidente Fernando Collor reeditie o decreto que reduz seus vencimentos.

O diretor do DTN acrescentou que a folha de pagamento dos servidores das administrações direta e indireta atingiu em maio o valor global de Cr\$ 132,7 bilhões. O Tesouro Nacional repassou recursos da ordem de Cr\$ 6,5 bilhões para pagamento de indemnizações de funcionários demitidos, sobretudo para órgãos que não dispunham de receita própria para essa finalidade, como a Cobal, Caeeb e BNCC. Em ju-

nho, a folha deverá ser reduzida para Cr\$ 120 bilhões. Roberto Figueiredo afirmou que a economia de recursos, em razão da reforma administrativa, se refletirá a partir de julho, quando deverão ser efetivadas todas as demissões e cortes de despesas.

ATRASO

Problemas no sistema de computador, com relação às dotações orçamentárias para pagamento de pessoal, motivaram o atraso da liberação dos salários dos servidores da União este mês, justificou Roberto Figueiredo. Constatado os problemas, afirmou ele, o Tesouro Nacional resolveu recolher os recursos para rever se todas as dotações estavam corretas. "O Tesouro não libera um centavo além daquilo que as dotações permitem", argumentou o diretor do DTN. Ele observou, porém, que o sistema foi ajustado na madrugada de sexta-feira e à tarde já havia sido feita a liberação de recursos para todos os órgãos públicos. "Se está havendo atraso, além de um dia, é de responsabilidade do departamento pessoal de cada ministério e não do Tesouro Nacional", disse.